ISSN: 2358-8829

A CRIANÇA COMO MEDIADORA DAS PRÁTICAS DE LITERACIA FAMILIAR

Vanessa Alessandra Cavalcanti Peixoto[1]

INTRODUÇÃO

As discussões sobre literacia familiar, entendida, em sentido amplo, como o conjunto de práticas de leitura e de escrita vivenciadas no cotidiano das famílias, antes e para além da escolarização formal, vêm ampliando sua presença nas pesquisas educacionais e nas políticas públicas voltadas à alfabetização nas últimas décadas. Boa parte dessa literatura, no entanto, segue compreendendo a criança como receptora relativamente passiva de estímulos e práticas de letramento promovidas pelos adultos, sobretudo pela figura materna, o que limita a compreensão de sua atuação efetiva nos processos de construção cultural da literacia no ambiente familiar.

Essa limitação não é incidental: ela está associada a um modelo teóricometodológico específico, de origem anglo-saxônica e amplamente replicado internacionalmente, que toma as práticas parentais como leitura de histórias, ensino direto de letras e palavras como variáveis independentes e os desempenhos de leitura da criança como variáveis dependentes a serem explicadas por aquelas práticas (Sénechal; Lefreve, 2002).

Nesse desenho, a criança figura essencialmente como resultado mensurável da ação adulta e não como sujeito que interpreta, negocia ou reconfigura, a partir de seus próprios repertórios, as situações de leitura e escrita que vivencia em família. Tal constatação dialoga diretamente com o conceito de adultocentrismo, tal como vem sendo discutido pela Sociologia da Infância: a tendência, presente também na produção científica, de tomar o adulto, seus critérios, seus instrumentos de mensuração e sua autoridade interpretativa como referência não problematizada para compreender a experiência infantil (Corsaro, 2011).

[1] Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, vanessapeixoto@nei.ufrn.br.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar criticamente como a produção científica sobre literacia familiar aborda, ou invisibiliza, a função da criança enquanto mediadora das práticas de letramento no ambiente familiar, articulando, para isso, contribuições da Sociologia da Infância e dos estudos dos letramentos sociais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentando-se tanto no corpus teórico fundante dos letramentos sociais e da Sociologia da Infância quanto em um levantamento de estudos empíricos brasileiros e internacionais publicados majoritariamente entre 2015 e 2025, complementado por estudos seminais anteriores a esse período quando diretamente relevantes à questão da agência infantil na interação família-criança em torno da leitura e da escrita. A análise dos achados foi organizada em categorias construídas indutivamente a partir do próprio corpus e não definidas a priori.

Os resultados evidenciam a coexistência de duas tradições de pesquisa: uma, de matriz predominantemente parental e quantitativa, que mede o efeito de comportamentos adultos sobre desempenhos infantis sem dar acesso à perspectiva da própria criança; e outra, de matriz etnográfica e qualitativa, ainda minoritária, mas crescente na produção brasileira, que evidencia empiricamente a criança como negociadora ativa, intérprete e, por vezes, produtora de sentido nas práticas de letramento vivenciadas em família.

Conclui-se que a invisibilização da agência infantil na literacia familiar não decorre de uma impossibilidade teórica de reconhecê-la, mas de escolhas metodológicas que, ao privilegiarem instrumentos centrados no relato e na observação do comportamento adulto, deixam de criar condições para que a perspectiva da criança emerja como dado de pesquisa.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo de caráter bibliográfico, conduzido em três etapas sucessivas: primeiro, o mapeamento do arcabouço teórico que articula os estudos dos letramentos sociais à Sociologia da Infância; em seguida, o levantamento do material empírico-analítico sobre literacia familiar; e, por fim, a construção das categorias analíticas apresentadas adiante.

Na primeira etapa, reuniu-se um conjunto de obras de referência capazes de fornecer o vocabulário conceitual necessário à análise: Corsaro (2011), sobre reprodução interpretativa e culturas infantis; Street (2014), sobre o modelo ideológico de letramento

ISSN: 2358-8829

como prática social; Heath (1983), sobre a diversidade cultural das práticas de letramento entre comunidades; Lahire (1997), sobre as práticas culturais de leitura e escrita em famílias de meios populares e sua relação com o desempenho escolar; e Soares (1998), sobre a distinção entre alfabetização e letramento.

A segunda etapa consistiu no mapeamento de artigos, dissertações e teses sobre literacia e letramento familiar, em sua maioria publicados entre 2015 e 2025, em bases de acesso aberto (SciELO, repositórios institucionais de universidades brasileiras e bases internacionais de literatura científica), utilizando como descritores as expressões "literacia familiar", "letramento familiar", "family literacy", "agência infantil" e "criança leitora", combinadas pelo operador booleano AND com "leitura", "escrita" e "criança".

Dada a escassez de estudos brasileiros que articulem explicitamente literacia familiar e agência infantil, a busca foi estendida a estudos seminais anteriores a 2015 quando estes oferecessem evidência empírica direta sobre a participação ativa da criança nas interações família-criança em torno da leitura e da escrita, caso do estudo de Munhoz e Maciel (2008). Ficaram de fora da seleção os textos cujo conteúdo integral não pôde ser acessado, bem como estudos dedicados exclusivamente a intervenções clínicas de linguagem, por não dialogarem diretamente com o problema aqui tratado.

A terceira etapa consistiu na leitura integral dos textos selecionados ou, nos casos em que o texto completo não estava disponível em acesso aberto, pelo resumo e pelas seções de metodologia e de conclusão que estivessem publicamente acessíveis. A partir dessa leitura, adotou-se um procedimento indutivo de categorização: em vez de partir de categorias fixadas a priori, examinaram-se os objetivos, os instrumentos de pesquisa e os achados de cada estudo para identificar o lugar atribuído à criança diante das práticas de letramento familiar, como objeto medido, como informante ou como sujeito interpretante, reunindo-se em seguida os textos em eixos temáticos convergentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Sociologia da Infância oferece o ponto de partida conceitual deste estudo ao propor que a criança seja compreendida como ator social pleno e produtor de cultura, e não apenas como sujeito em desenvolvimento rumo à competência adulta. Corsaro (2011) formula, nesse sentido, o conceito de reprodução interpretativa: as crianças não internalizam passivamente a cultura que os adultos lhes transmitem, mas a reelaboram ativamente em suas próprias interações, dando origem ao que o autor chama de culturas infantis. Esse deslocamento teórico é a base a partir da qual este estudo examina

ISSN: 2358-8829

criticamente os modelos de literacia familiar que tratam a criança como variável dependente do comportamento parental.

Os estudos dos letramentos sociais, por sua vez, deslocam o foco de análise da escrita como habilidade cognitiva individual para o letramento como prática social situada. Street (2014) contrapõe, nesse sentido, um modelo autônomo de letramento que trata a leitura e a escrita como habilidades técnicas neutras, destacadas do contexto social a um modelo ideológico, que reconhece o letramento como produto da cultura, da história e das relações de poder em que está inserido, variando conforme o contexto familiar, comunitário e institucional em que se realiza. Essa distinção é central para compreender por que práticas familiares de letramento distintas das escolares não devem ser automaticamente lidas como ausência ou déficit de letramento.

Heath (1983), em estudo etnográfico hoje clássico sobre duas comunidades operárias do sudeste dos Estados Unidos, evidencia empiricamente essa pluralidade: famílias de diferentes grupos sociais desenvolvem modos de usar a palavra oral e escrita, os chamados *ways with words* (literalmente, "modos de lidar com as palavras" ou "jeitos de usar a palavra"), sem que isso signifique, em si, menor riqueza cultural ou cognitiva. O estudo de Heath é particularmente relevante para a crítica aqui desenvolvida porque documenta, por meio de observação direta e prolongada, como as próprias crianças participam ativamente da construção desses modos familiares e comunitários de usar a linguagem e não apenas os recebem.

Lahire (1997), ao investigar as razões do chamado fracasso escolar em famílias de meios populares, mostra como certa tradição de pesquisa tende a atribuir às famílias populares uma carência generalizada de práticas culturais de leitura e escrita, quando, de fato, essas famílias mobilizam configurações variadas e nem sempre visíveis aos instrumentos de pesquisa concebidos a partir dos padrões das famílias de classe média.

A contribuição do autor alerta para um risco metodológico direto relacionado ao objeto deste estudo: medir a literacia familiar apenas pelos indicadores que a pesquisa escolar e psicológica tradicionalmente valoriza como quantidade de livros em casa, frequência de leitura de histórias, ensino explícito de letras, pode obscurecer tanto as práticas familiares não convencionais quanto, de modo ainda mais direto, a participação ativa da própria criança nessas práticas.

Encontramos em Soares (1998) a contribuição necessária a este referencial ao distinguir alfabetização, a aquisição do sistema de escrita, de letramento, o conjunto de

ISSN: 2358-8829

práticas sociais de uso da leitura e da escrita, que preexistem à alfabetização formal e continuam a se desenvolver ao longo da vida. Essa distinção permite situar teoricamente a literacia familiar como um terreno de letramento anterior e paralelo à alfabetização escolar, em que a criança, ainda não alfabetizada no sentido estrito, já participa de práticas de leitura e escrita como sujeito que interage, pergunta, antecipa sentidos e, com frequência, inicia e redireciona as próprias situações de leitura compartilhada.

É justamente sobre esse pano de fundo teórico que se destaca o modelo de literacia familiar mais citado na literatura internacional sobre o tema: o Home Literacy Model, proposto por Sénéchal e LeFevre (2002) a partir de um estudo longitudinal de cinco anos. O modelo distingue dois tipos de experiência doméstica de letramento: a exposição a histórias lidas pelos pais e o ensino parental direto de habilidades de leitura e escrita e

relaciona estatisticamente cada um deles a diferentes desfechos de linguagem e leitura da criança.

Tratando-se de um modelo de grande influência e amplamente replicado internacionalmente, inclusive em pesquisa brasileira recente (Viana, 2023), o Home Literacy Model constitui um caso paradigmático do problema identificado neste estudo: nele, a criança é a variável de resultado, cujo desempenho é explicado pelo comportamento parental relatado pelos próprios pais em questionário, sem que qualquer instrumento de pesquisa dê acesso direto à perspectiva, à interpretação ou à iniciativa da criança nas situações de leitura e escrita vivenciadas em família.

Em conjunto, portanto, este referencial permite formular o problema deste estudo nos seguintes termos: enquanto a Sociologia da Infância e os estudos dos letramentos sociais oferecem, há pelo menos quatro décadas, um arcabouço teórico que reconhece a criança como intérprete ativa e as práticas familiares de letramento como socialmente plurais, a tradição de pesquisa sobre literacia familiar de maior alcance internacional permanece estruturada por um desenho metodológico que não cria as condições empíricas para que essa agência se manifeste como dado observável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados deste levantamento bibliográfico organizam-se em quatro categorias analíticas: a) a predominância de modelos de pesquisa centrados nas práticas parentais, que posicionam a criança como variável de resultado; b) estudos que evidenciam empiricamente a agência infantil nas interações família-criança em torno da leitura e da escrita; c) a criança como produtora de sentido nas práticas de letramento familiar e na

ISSN: 2358-8829

articulação entre família e Educação Infantil; e d) a literacia familiar como prática social plural, e não deficitária, com implicações diretas para os instrumentos metodológicos empregados nessas pesquisas.

A primeira categoria, a predominância de modelos centrados nas práticas parentais, é evidenciada de modo paradigmático pelo Home Literacy Model de Sénéchal e LeFevre (2002), cujo desenho de pesquisa, com questionários respondidos pelos pais sobre a frequência de leitura de histórias e de ensino direto de leitura e escrita, relacionados estatisticamente a testes de desempenho aplicados às crianças, não inclui qualquer instrumento voltado a captar a perspectiva infantil sobre essas situações.

Esse desenho se replica na produção brasileira recente: Viana (2023), em dissertação de mestrado sobre literacia familiar no período pré e pandêmico de covid-19 na Universidade Federal de Minas Gerais, investiga hábitos e recursos de literacia familiar como quantidade de livros, frequência de leitura, nível socioeconômico das famílias por meio de questionário respondido por 1.538 famílias responsáveis por 2.223 crianças, reafirmando, também aqui, a família adulta como unidade de observação e resposta e a criança como aquela sobre quem e não com quem, a pesquisa se realiza.

A segunda categoria reúne estudos que evidenciam empiricamente a agência infantil nas interações família-criança em torno da leitura e da escrita, contrapondo-se ao desenho predominante na primeira categoria. Munhoz e Maciel (2008), em estudo publicado na Fractal: Revista de Psicologia a partir de microanálise de interações videogravadas entre mães e filhas em situações de leitura e escrita, documentam episódios em que a criança, diante de uma atividade proposta unilateralmente pela mãe, propõe atividades alternativas, resiste à agenda materna e, em um dos episódios analisados, consegue renegociar a atividade de escrita de palavras para a escrita de números, obtendo o que as autoras descrevem como sucesso no processo de negociação.

Esse achado empírico é particularmente relevante para o argumento aqui desenvolvido porque mostra, com dados de interação real, exatamente aquilo que os modelos da primeira categoria estruturalmente não têm como captar: a criança como sujeito que interpreta a situação de letramento proposta pelo adulto, avalia seus próprios objetivos frente a ela e age para redirecioná-la.

A terceira categoria evidencia a criança como produtora de sentido nas práticas de letramento familiar, em diálogo direto com a Sociologia da Infância. Gonçalves (2025), em tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo a partir de estudo de caso

ISSN: 2358-8829

etnográfico realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina, investiga como as próprias crianças constroem sentidos sobre as práticas de leitura e escrita vivenciadas tanto na Educação Infantil quanto no contexto familiar, mobilizando observação participante, entrevistas e propostas investigativas desenvolvidas com as crianças.

Dialogando explicitamente com a Sociologia da Infância (Sarmento, 2004 apud Gonçalves, 2025; Corsaro, 2011) e com a concepção de letramento como prática social (Soares, 2020 apud Gonçalves, 2025), a autora evidencia que as crianças reconfiguram as experiências de leitura e escrita a partir de seus próprios repertórios culturais e de suas interações, tanto na escola quanto em casa, reconfiguração que só se torna visível porque o desenho metodológico adotado inclui a escuta direta das crianças como procedimento de pesquisa e não apenas o relato de adultos sobre elas.

A quarta categoria articula as três anteriores a partir da discussão sobre a literacia familiar como prática social plural, retomando a contribuição de Lahire (1997), Street (2014) e Heath (1983). Se, como demonstra Heath (1983), diferentes comunidades desenvolvem modos distintos e igualmente elaborados de usar a palavra oral e escrita em família, e se, como argumenta Lahire (1997), a pesquisa sobre práticas culturais familiares tende a medir apenas os indicadores valorizados pelos padrões escolares de classe média, então os próprios instrumentos empregados pela primeira categoria de estudos, com questionários fechados sobre frequência de leitura de histórias e de ensino parental explícito, correm o risco de invisibilizar duplamente: tanto a diversidade cultural das práticas familiares de letramento entre diferentes grupos sociais, quanto, no interior de qualquer uma dessas práticas, a participação ativa da criança nelas.

Os estudos da segunda e da terceira categorias, ao adotarem desenhos etnográficos e microanalíticos, mostram que essa dupla invisibilização não é uma impossibilidade teórica do objeto, mas um efeito direto da escolha metodológica.

Há ainda um aspecto que atravessa as quatro categorias e merece comentário próprio: a relação entre o instrumento de pesquisa escolhido e a visibilidade conferida à agência infantil. O conjunto de técnicas identificado no corpus como capaz de captar a criança como mediadora ativa, microanálise de interações videogravadas (Munhoz; Maciel, 2008), observação participante e escuta direta das crianças (Gonçalves, 2025), etnografia prolongada (Heath, 1983) contrasta sistematicamente com o conjunto de

técnicas que a mantêm invisível: questionários estruturados respondidos por adultos sobre o comportamento dos próprios adultos (Sénechal; Lefevre, 2002; Viana, 2023).

Disso decorre que superar o adultocentrismo na pesquisa sobre literacia familiar não é, sobretudo, uma questão de vocabulário: adotar os termos agência e participação pouco muda se os instrumentos metodológicos continuarem a dar voz apenas aos adultos que cercam a criança e não a ela própria, na produção do dado de pesquisa.

Lidas em conjunto, as quatro categorias desenham um quadro mais matizado do que uma simples oposição entre pesquisa adultocêntrica e pesquisa não adultocêntrica: convivem, num mesmo período histórico, uma linha de maior alcance internacional e replicação, apoiada no relato parental, e uma linha minoritária, porém consistente, de estudos qualitativos e etnográficos que captam empiricamente a criança como mediadora ativa das próprias práticas de letramento familiar.

A leitura aqui proposta é a de que essa convivência expressa um campo em disputa metodológica, no qual reconhecer teoricamente a agência infantil, como já o faz a Sociologia da Infância desde ao menos a obra de Corsaro, não equivale a criar, nos desenhos de pesquisa empregados, as condições para observá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso, é possível afirmar que a invisibilização da função da criança como mediadora das práticas de literacia familiar não decorre de uma impossibilidade teórica de reconhecê-la. A Sociologia da Infância e os estudos dos letramentos sociais oferecem, há décadas, o vocabulário conceitual necessário para isso, mas de um desenho metodológico predominante, exemplificado pelo Home Literacy Model (Sénechal; Lefevre, 2002) e por sua replicação na produção brasileira recente (Viana, 2023), que toma o relato adulto como única fonte de dado e a criança como variável de resultado a ser explicada, e não como sujeito a ser consultado.

Por outro lado, este mesmo levantamento identificou um grupo minoritário, porém consistente, de estudos brasileiros e internacionais, de diferentes décadas, que, ao adotarem desenhos etnográficos e microanalíticos capazes de dar acesso à perspectiva e à ação da própria criança, documentam empiricamente sua participação ativa nas práticas de letramento familiar: seja negociando o curso de uma atividade de escrita com a própria mãe (Munhoz; Maciel, 2008), seja reconfigurando, a partir de seus repertórios culturais, as experiências de leitura e escrita vividas entre a família e a Educação Infantil

(Gonçalves, 2025). Isso indica que a superação do adultocentrismo nesse campo já está em marcha, embora de forma irregular, concentrada em algumas tradições metodológicas e praticamente ausente em outras.

Uma implicação direta desses achados para futuras pesquisas sobre literacia familiar é de ordem metodológica: a escolha do instrumento de pesquisa não é neutra quanto à possibilidade de captar a agência infantil. Questionários parentais sobre frequência de práticas de leitura, por mais sofisticados que sejam estatisticamente, estruturalmente não dão acesso à interpretação da criança sobre essas práticas; apenas desenhos que incluam a observação direta da interação ou a escuta da própria criança, como os empregados pelos estudos da segunda e da terceira categorias discutidas, criam as condições empíricas para que essa agência se torne um dado de pesquisa e não apenas um pressuposto teórico declarado na introdução dos trabalhos.

Esta pesquisa tem um limite que precisa ser dito com clareza: de caráter bibliográfico e exploratório, ela não teve a pretensão de esgotar o campo da literacia familiar por meio de um levantamento sistemático e exaustivo. O que se buscou, a partir de um corpus delimitado pelos critérios descritos na Metodologia, foi identificar tendências relevantes no modo como esse campo tem posicionado a criança.

Fica, assim, em aberto uma agenda para novas pesquisas brasileiras que aproximem explicitamente a Sociologia da Infância dos estudos de literacia familiar, na linha já apontada por Gonçalves (2025), de investigar, por meio de desenhos metodológicos que incluam a escuta direta das crianças, como elas próprias constroem sentido sobre as práticas de leitura e escrita que vivenciam entre a família e as instituições educativas.

Palavras-chave: literacia familiar; sociologia da infância; agência infantil; letramento; adultocentrismo.

REFERÊNCIAS

CORSARO, W. A. Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GONÇALVES, E. M. R. O que as crianças nos ensinam: a construção de sentidos com a leitura e a escrita na Educação Infantil e na família. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

HEATH, S. B. Ways with words: language, life, and work in communities and classrooms. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

MARCHI, R. de C.; EVANGELISTA, N. S. A Sociologia da Infância e o conceito de culturas infantis: aspectos e implicações teóricas. Educação, Santa Maria, v. 48, e122, p. 1-25, 2023.

MUNHOZ, S. C. D.; MACIEL, D. A. Interação família-criança: possibilidades de negociação na co-construção da escrita. Fractal: Revista de Psicologia, v. 20, n. 1, p. 269284, 2008.

SÉNÉCHAL, M.; LEFEVRE, J. Parental involvement in the development of children's reading skill: a five-year longitudinal study. Child Development, v. 73, n. 2, p. 445-460, 2002.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, B. V. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VIANA, N. de O. Literacia familiar no período pré e pandêmico de covid-19. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Cognição e Comportamento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.